

Tanto a Resolução do Conanda como a lei federal (o PL do Sinase é um projeto de lei federal) são regras escritas que devem ser cumpridas. Contudo, a lei federal tem um poder normativo e uma abrangência bem maior que a resolução do Conselho. A lei federal é produzida com a participação do poder legislativo (que aprova projeto de leis) e do poder executivo (que sanciona a lei) e obriga todos os seus destinatários, que podem ser os cidadãos, os governantes, os juízes, etc. A Resolução do Conselho tem um poder normativo bem mais restrito: formular a política pública setorial, vinculando apenas os responsáveis por executá-la. É a lei que dá poder para o Conselho normatizar determinada matéria, de modo que a resolução não pode contrariar a lei.